

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 55-19.2015.6.18.0000 - CLASSE 26. ORIGEM: TERESINA-PI. RESUMO: PROCESSO ADMINISTRATIVO - REQUISIÇÃO DE SERVIDOR - RENOVAÇÃO DE REQUISIÇÃO DE SERVIDOR - ATIVIDADES CARTORÁRIAS - CARGO - COMPATIBILIDADE - PEDIDO DE DEFERIMENTO

Requerente: Juiz Eleitoral da 34ª Zona

Interessado: Ronaldo da Silva Alves, Auxiliar de Serviços de Vigilância

Relator: Dr. José Wilson Ferreira de Araújo Júnior

PEDIDO DE REQUISIÇÃO DE SERVIDOR DA SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO PIAUÍ. INDEFERIMENTO. RECURSO. MATÉRIA DISCIPLINADA PELA LEI Nº 6.999/82, REGULAMENTADA PELA RESOLUÇÃO TSE Nº 23.255/10. AUSÊNCIA DE COMPATIBILIDADE. PROVIMENTO.

1. Em que pese o fato do desatendimento ao disposto no art. 6º da Resolução TSE n.º 23.255/2010, qual seja, a correlação entre as atividades desenvolvidas pelo servidor no órgão de origem e aquelas a serem desenvolvidas no serviço eleitoral, entendo que não é razoável negar a presente requisição apenas com base nesse requisito. O trabalho de um cartório eleitoral não se finda com o término das Eleições, sejam elas Gerais ou Municipais. Em verdade, o período que intercala esses “anos eleitorais” também exige muito trabalho dos servidores do cartório eleitoral, pois é um ano onde se julgam AIMEs, AIJEs, Representações, Crimes Eleitorais, além de todo o trabalho regular do cartório.

2. Dessa forma, não é razoável ou mesmo proporcional negar um pedido de requisição de servidor apenas porque este ano não é ano em que se realizam eleições no país.

3. Assim, a aferição da correlação entre as atividades desenvolvidas pelo servidor no órgão de origem e aquelas a serem desenvolvidas no serviço eleitoral deve ser relativizada para ser feita no caso concreto e não apenas considerando a classificação formal do cargo ocupado pelo servidor na entidade cedente. Ainda mais considerando informação prestada pelo Juiz requisitante, segundo a qual o servidor ‘tem amplo conhecimento em informática’ e ‘não apresenta qualquer envolvimento político no município’.

4. Não obstante tal critério seja entrave imposto pelo TSE e pela própria resolução do TRE/PI para a requisição de servidor para a Justiça Eleitoral, é preciso analisar o caso com base nos princípios da razoabilidade e da supremacia do interesse público. Nessa toada, não é razoável negar a requisição em tela apenas pelo não cumprimento da correlação entre as atividades se a zona eleitoral comporta até três servidores requisitados; há indicativo de que o servidor detinha conhecimentos em informática, necessários a seu bom desempenho no cartório eleitoral; o magistrado solicitante informou a dificuldade em encontrar outros servidores que preencham os requisitos.

5. Dessa forma, considerando os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e da supremacia do interesse público, entende-se que a ausência de correlação entre as atribuições do cargo de origem do servidor e aquelas a serem desempenhadas na Justiça Eleitoral não constitui obstáculo intransponível à efetivação da requisição.

6. Deferimento do pedido.

A C O R D A M os Juizes do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Piauí, à unanimidade, nos termos do voto do relator e em consonância com o parecer ministerial exarado às fls. 12-v/13-v dos autos, deferir o pedido de requisição do servidor da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Piauí – SEDUC Senhor RONALDO DA SILVA ALVES, pelo prazo de 01 (um) ano a contar da publicação deste Acórdão.

RESUMO DE ACÓRDÃOS Nº 20/2015

CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL

Atos do Corregedor

Portarias

PORTARIA nº 01_2015-CRE

PORTARIA CRE/PI nº 01/2015

Designa servidores que realizarão os trabalhos de inspeções previstos para o ano de 2015.

O Desembargador Joaquim Dias de Santana Filho, Corregedor Regional Eleitoral, considerando o calendário de inspeções eleitorais para o ano de 2015, aprovado por meio do Provimento CRE/PI nº 04/2014, e no uso das atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar os seguintes servidores desta Corregedoria Regional Eleitoral: ÁLVARO JAFFÉ CRUZ BARROS, matrícula nº 1000243, EDILSON COSTA BARROS, matrícula nº 123, EDMAR HOLANDA LUZ, matrícula nº 439, HUMBERTO ALENCAR PEREIRA GALVÃO, matrícula nº 445, e MARCELO REGIS DE VASCONCELOS, matrícula nº 455, responsáveis pela realização dos trabalhos de inspeções eleitorais durante o ano de 2015, conforme tabela constante no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º. Os efeitos desta Portaria passam a vigorar a partir da data de sua publicação.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Teresina, 27 de fevereiro de 2015

Des. Joaquim Dias de Santana Filho

Corregedor Regional Eleitoral

SECRETARIA DA CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina, 02 de março de 2015

Humberto Alencar Pereira Galvão

Analista Judiciário

ANEXO I da Portaria CRE/PI nº 01/2015**ROTAS DAS ZONAS ELEITORAIS A SEREM INSPECIONADAS EM 2015**

RO TA	ZE	MUNICÍPIO	PERÍODO	Servidor Responsável pela Inspeção
1	24ª	JOSÉ DE FREITAS	11 a 15/05/2015	Marcelo Regis de Vasconcelos
	16ª	UNIÃO		
	17ª	MIGUEL ALVES		
	86ª	NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS		
2	69ª	CRISTALÂNDIA DO PIAUÍ	10 a 16/05/2015	Álvaro Jaffé Cruz Barros
	22ª	CORRENTE		
	88ª	AVELINO LOPES		
	26ª	PARNAGUÁ		
3	3ª	PARNAÍBA	14 a 19/06/2015	Marcelo Regis de Vasconcelos
	4ª	PARNAÍBA		
	11ª	PIRIPIRI		
	91ª	LUIS CORREIA		
4	10ª	PICOS	14 a 19/06/2015	Edilson Costa Barros
	62ª	PICOS		
	57ª	ITAINÓPOLIS		
	65ª	FRANCISCO SANTOS		
5	81ª	CAMPINAS DO PIAUÍ	02 a 07/08/2015	Álvaro Jaffé Cruz Barros
	50ª	CONCEIÇÃO DO CANINDÉ		
	37ª	SIMPLICIO MENDES		
	38ª	PAULISTANA		
6	64ª	INHUMA	02 a 06/08/2015	Edilson Costa Barros
	18ª	VALENÇA		
	93ª	BOCAINA		
7	5ª	OEIRAS	23 a 28/08/2015	Álvaro Jaffé Cruz Barros
	66ª	SANTA CRUZ DO PIAUÍ		
	60ª	NAZARÉ DO PIAUÍ		
	89ª	IPIRANGA DO PIAUÍ		
8	1ª	TERESINA	21 a 25/09/2015	Álvaro Jaffé Cruz Barros Edilson Costa Barros Edmar Holanda Luz Humberto Alencar Pereira Galvão Marcelo Regis de Vasconcelos
	2ª	TERESINA		
	63ª	TERESINA		
	97ª	TERESINA		
	98ª	TERESINA		

PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL

(NÃO HÁ PUBLICAÇÕES NESTA DATA)

ZONAS ELEITORAIS**2ª Zona Eleitoral****Editais****EDITAL Nº 06/2015 DA 2ª ZONA ELEITORAL**

COM PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS

O DOUTOR RAIMUNDO HOLLAND MOURA DE QUEIROZ, JUIZ DA 2ª ZONA ELEITORAL DA CIRCUNSCRIÇÃO DO PIAUÍ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO § 4º DO ART. 11 DA RESOLUÇÃO TSE Nº 23.282/2010 ETC,